

A função cognitiva do jornalismo¹
(A contribuição de Robert E. Park)

Aluizio Ramos Trinta²

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Teresa Cristina da Costa Neves³

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo:

Relações entre o conhecimento científico, elaborado em gabinetes e laboratórios, o conhecimento jornalístico, produzido em redações, e o saber do senso comum, encontrado nas ruas da cidade. Aportes da Escola de Chicago e do interacionismo simbólico para a compreensão do papel desempenhado pelo jornalista na nova *sociedade do conhecimento*, assim como de suas responsabilidades junto ao público, no que tange ao dinamismo inerente às relações sociais entretidas no cotidiano urbano.

Palavras-chave:

Jornalismo; conhecimento; interações sociais; interacionismo simbólico; partilha de saberes

Na trajetória histórica percorrida pelo jornalismo pode estar localizada a origem de estereótipos que a ele se referem. Em suas formas rudimentares, manuscritas ou impressas, a atividade jornalística assumiu feição persuasiva, panfletária e opinativa, marcando-se por um tom progressista e até revolucionário. Empenhou-se na defesa dos ideais burgueses e no combate à autoridade aristocrática, fazendo-se instrumento político no intuito de forjar uma outra ordem econômico-social. À medida que as transformações pretendidas foram sendo alcançadas, o jornalismo mudou.

A configuração da sociedade moderna, ao desenhar um ambiente infinitamente mais complexo que o dos feudos medievais, consentiu que o jornalismo reivindicasse para si a condição de mediador entre os indivíduos e a realidade. Doravante, seria por intermédio de

¹ Trabalho apresentado ao NP 02 - Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UF RJ) e autor de *Teorias da Comunicação* (Rio de Janeiro: Campus, 2003).

³ Mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UF RJ) e professora do Curso de Jornalismo da Facom/UFJF.

sua atuação social que o jornalismo poderia posicionar-se politicamente como “quarto poder”, autorizado a agir em nome da então emergente opinião pública.

Esta trajetória inicial infundiu no senso comum uma visão romântica da profissão, ainda hoje remanescente, que mistura uma rebeldia profícua a um idealismo abnegado. Graças a esta noção, o jornalista costuma ser percebido como um misto de aventureiro e herói: exercerá livremente seu trabalho, sem se submeter a regras rígidas; mas, ao mesmo tempo, estará investido de uma importante missão política e social. A representação simbólica deste profissional recupera arquétipos, como o destemor de Davi, o idealismo de Dom Quixote, o sentido justiceiro de Robin Hood ou o dinamismo benevolente do Super-Homem.

Por outro lado, o caráter comercial que o jornalismo assumiria desde a mercantilização da notícia seria responsável pela generalização de uma outra imagem, simetricamente oposta à primeira. Sob tal perspectiva, a atividade jornalística é objeto de um indissimulável descrédito quanto a seu rigor e a sua independência, estando fadada a pecar pela superficialidade e pelo sensacionalismo. Por conseguinte, o jornalista é visto como um profissional mercenário e pouco escrupuloso, propenso a manter relações promíscuas com o poder.

No campo teórico, as análises críticas do jornalismo tenderam a se concentrar em seu desempenho, quase sempre considerado medíocre, no que diz respeito às suas funções social e política. Os múltiplos juízos daí decorrentes podem ser resumidos a três acusações, pelas quais a ação jornalística é condenada por revelar-se simplificadora, por recorrer a expedientes invasivos, por mostrar-se sectária, portando-se de forma destrutiva e pessimista. Houve, porém, teóricos da Comunicação que tiveram a sagacidade de ir além desta visão, um tanto redutora, do jornalismo.

Em sintonia com paradigmas contemporâneos, que atestam o enfraquecimento dos alicerces da Modernidade e anunciam um tempo de falências e incertezas, são cada vez mais frequentes os diagnósticos pelos quais se atestam o ocaso do jornalismo ou a sua iminente dissolução. Este mesmo contexto de indeterminação e desilusão, porém, parece revigorar, por outro lado, perspectivas que se mantiveram férteis, embora pouco cultivadas, em análises acadêmicas do jornalismo. O convite à realização desta tarefa, aliás, já foi feito pelo Professor José Marques de Melo, para quem o raiar da *sociedade do conhecimento* é

ocasião propícia para se dar continuidade à idéia seminal de Robert Ezra Park (1864-1944), um dos primeiros cientistas sociais a reconhecer, ainda em 1940, o jornalismo como forma de conhecimento⁴. Por tal viés, concebe-se a prática jornalística como portadora de uma função cognitiva, até aqui pouco mencionada e praticamente inexplorada.

O norte-americano Robert E. Park situa a notícia entre *acquaintance with* e *knowledge about*. De imediato, se observa que uma e outra formas, em língua inglesa, requerem um complemento introduzido por uma preposição: *with* (“com”), no primeiro caso, e *about* (“sobre”), no segundo. A primeira preposição remete às idéias de companhia, junção no tempo e no espaço; diz também respeito à maneira de ser ou de estar, com referência particular a um acompanhamento ou a uma convergência. Do mesmo modo, “com” introduz as noções de meio ou instrumento (por meio de), observando-se, ainda, menções a processo, relação simultânea, concomitância e proximidade.

Quanto à preposição “sobre”, tem-se que suas referências primárias são as de “à procura” ou “no encalço de”; também a idéia de um completo percurso, indo de um lado a outro, de um extremo a outro, de fora a fora. “Sobre” faz alusão própria a “acerca de” e “com respeito a”, na medida em que se possa estar “fundamentado em” (alguma coisa) e se esteja explorando (algo) “em conexão com” (algo mais).

Eis o motivo pelo qual parece impor-se a distinção entre as formas substantivas de *acquaintance* e *knowledge*, tal como as encontramos na língua inglesa. A primeira delas tem relação semântica ao propósito de tornar conhecido, fazer consciente ou familiarizar. Assim, por exemplo, a expressão “*to acquaint someone with the facts*” se traduz por “levar alguém a se familiarizar com fatos ocorridos”. Por via de consequência, o substantivo *acquaintance* designa o conhecimento superficial, obtido por meio da experiência sensorial ou imediata, o qual se incorpora pelo uso e pelo hábito. Está-se aqui diante de uma consciência da constatação.

Knowledge, a segunda forma substantiva, é termo que ocupa prestigiosa posição na história da filosofia ocidental. Sua acepção primordial é a de compreensão (em inglês, *understanding*), a ela se seguindo a de uma informação tingida pela experiência e burilada pela inteligência. Está-se aqui diante de uma consciência do consciente. Observe-se, a este

⁴ Cf. MELO, J. M. (2004).

propósito, que Robert E. Park, tendo por referência estas noções originais de William James, se pronuncia claramente quanto à valia do conhecimento assim alcançado:

[...] formal, racional e sistemático. Baseia-se na observação e no fato, mas no fato verificado, rotulado, sistematizado e, finalmente, ordenado nesta e naquela perspectiva, segundo o propósito e o ponto de vista do investigador. [...] É o conhecimento que atingiu certo grau de exatidão, substituindo a realidade concreta por idéias e as coisas por palavras⁵.

Há, segundo o Autor, um contínuo entre uma e outra formas de conhecimento e é num nível intermediário entre ambas que se situa a notícia. Está-se aqui diante de uma consciência operativa, isto é, que tem a experiência por meio e fim.

Semelhante à História, na medida em que se refere a acontecimentos, a notícia dela se distingue por vincular-se ao presente, não ao passado e, tampouco, ao futuro. É o caráter efêmero e transitório da notícia que define a sua essência e é a esta feição determinante que se relacionam todas as suas demais características. Localizada entre o senso comum (*aquaintance with*) e o saber científico (*knowledge about*), a notícia exerce para o público as mesmas funções que a percepção cumpre para o indivíduo: não apenas o informa, mas sobretudo o orienta, dando ciência a cada um e a todos daquilo que se passa. Park chama a atenção para o fato de que a notícia suscita a conversação, fazendo convergir o choque de opiniões e pareceres para uma espécie de consenso coletivo. Em outras palavras, é na interpretação da notícia, entendida como relato de acontecimentos presentes, que se funda a opinião pública.

A notícia, como propôs Robert Park, tem para aquele que a recebe um caráter mais pragmático do que apreciativo. Em suas palavras, ela é “o material que possibilita a ação política”⁶, bem como “representa papel importantíssimo no mundo das relações econômicas”⁷. Mas não se trata apenas disso. Os acontecimentos que produzem mudanças súbitas e decisivas, sobre os quais costumam se concentrar as notícias, tendem a assumir uma significação nova e ideal, depois de relatados jornalisticamente e se tornarem objeto de reflexão por parte do público. Em virtude de seu interesse humano, podem ser convertidos em lendas ou mesmo em canções populares, sobrevivendo em nossa lembrança “como uma

⁵ PARK, R. (1970), p. 171.

⁶ *Ibid.*, p. 176.

⁷ *Ibid.*, p. 177.

espécie de símbolo fantasmagórico de algo que tem interesse universal e perene, representação ideal da verdade da vida e da natureza humana em toda parte'⁸.

Daqui se pode extrair uma interessante lição. Park enxerga na atividade jornalística uma responsabilidade que vai além dos encargos éticos relativos à transmissão da informação, situando-se ela no vértice formado pela mente individual e pelo espírito coletivo; pela tradição cultural e pela sociedade constituída. Mais do que uma investida ou um investimento de natureza sociológica e comunicacional, o jornalismo deve ser garante de uma experiência de conhecimento, que assegure mais adequada partilha de significados e imprima maior solidez ao estabelecimento de sentidos. O jornalismo seria, assim, uma *leitura* do mundo tal como este possa vir a figurar nas páginas de um jornal.

As concepções de Robert Ezra Park acerca do jornalismo como uma espécie peculiar de conhecimento aludem, evidentemente, ao papel de destaque que este sociólogo desempenha na formulação de teorias do interacionismo simbólico, tais como foram difundidas pela Escola de Chicago.

Pesquisadores em ciências sociais, tais como George Herbert Mead, Herbert Blumer e Robert Ezra Park, entre os anos de 1915 e 1940, se voltaram e se votaram a uma inovadora compreensão sociológica de fenômenos caracteristicamente urbanos, assim como à de relações interculturais verificáveis no âmbito da cidade moderna. Entre elas, figuravam em bom lugar as que houvessem sido propostas pelo discurso da imprensa e, por extensão, pela mídia,

Interacionismo simbólico designa menos uma teoria do que um modo peculiar (e inovador, à sua época) de representar as relações sociais como uma intensa e continuada *negociação de sentidos*. Tais *sentidos* remetem a signos/símbolos (conjugando ação e sentimento) que servem às interações que todos realizamos em incontáveis episódios e cenas da vida cotidiana. Com eles, construímos o mundo social, que logo vamos habitar; e, por sua intermediação eficiente, interpretamos o mundo assim construído. É dizer que a comunicação em meio social — que vai do *contato* interpessoal à *partilha* de conhecimentos, passando por um *contágio* aliciante — constitui bem mais do que uma transmissão de mensagens. Antes de tudo, é *atividade simbólica*, por meio da qual uma *sociedade* pode estruturar-se e uma *cultura* pode ser edificada e preservada.

⁸ *Ibid*, p. 180.

Em comparação a outros modos de se conceber a interação humana, a marca distintiva do interacionismo simbólico está na importância que confere à reflexividade essencial de todo ato comunicativo, bem como na ênfase dada à atividade de interpretação pela qual todo ser humano dota de significados aos fatos do mundo, às coisas que o rodeiam e aos objetos que toca. A ação prática do homem no mundo se dá com base nas significações que o que há nele tem para o homem; as significações, por seu turno, têm sua origem nas interações que os atores sociais entretêm. A vida social é de capital importância para o surgimento da consciência de todo indivíduo, da constituição de sua mente ou espírito (ing. *mind*) e das orientações de sua conduta. Todo ser humano possui um *self* — virtual esquina do *eu* com o *mim* —, que lhe faculta colocar-se ante si próprio como objeto social e se relacionar com o mundo por meio de *self-interactions*, pelas quais se vão definindo os significados de todo existente. O eu individual, suas opiniões e suas atitudes, se formam como entidade social por meio de atos comunicativos. A consciência do indivíduo resulta de percepções do eu pelo outro, tal como emergem em interações simbólicas. Há, portanto, uma “comunidade de interpretação de signos/símbolos” ou uma “comunidade de significações”, nas quais se manifesta, por meio de tais unidades de representação, a ação recíproca dos indivíduos. A consciência coletiva depende de interações simbólicas, às quais a mídia não é estranha nem está alheia.

Este modo de conceber e pensar a vida social, a consciência (individual e coletiva), a linguagem, as formas de socialização, a repartição dos haveres e dos saberes, põe em relevo as interpretações que os atores sociais e as instituições propõem, por exemplo, para a mídia e para as suas mensagens, à vista do permanente afã daqueles em elaborar significações, aplicando-as, seja ao que encontram no mundo, seja às interações que jamais deixarão de manter.

Robert E. Park e outros sociólogos desta Escola se inspiraram na “ecologia animal”, livrando-a, porém, de certo ranço darwiniano para bem caracterizar as relações existentes entre grupos sociais, por um lado, e transformações do espaço urbano (invasão, competição, consortismo), por outro. Produto das atividades humanas, o meio urbano exerce, por sua vez, múltiplos efeitos, todos eles incidindo no comportamento coletivo e nas mentalidades. Para deles dar conta, nada mais apropriado do que um estudo de feito antropológico sobre a “personalidade cidadina”, uma vez que a cidade, tanto traduz uma

dada configuração social, quanto plasma um “estado de espírito”. Eis por que o que iria adiante se chamar de uma “abordagem holística” (um entendimento integral dos fenômenos sob estudo) conviria a uma compreensão satisfatória da vida urbana e à de seu devir possível. Ativista e observador participante, R. E. Park se alistou entre os que desdenharam as fronteiras existentes entre disciplinas, tendo por objetivo propor e afirmar a existência de uma *ecologia humana* ou, ainda, *urbana*, no intento de bem entender as relações do homem à vida da cidade.

Não escapou aos estudiosos de Chicago o fato de que os meios de comunicação — inicialmente, o jornal, o cinema e o rádio; mais tarde, a televisão — haviam tido o condão de modificar a vida social. Por força de seu dinamismo próprio, os meios de comunicação não somente introduziriam mudanças em modelos tradicionais de interação social, senão também alterariam a mentalidade individual e de cunho coletivo. Tais meios dispunham de uma variada gama de recursos capazes de ampliar e estender seus poderes, inflectindo o processo da comunicação; entre eles, *expressividade*, *fixidez de registros*, *instantaneidade* e *difusão de amplo alcance*, além de *pronto acesso* pela população. A opinião pública, por exemplo, não mais seria definida como simples amálgama de opiniões externadas por indivíduos isolados; resultaria, isto sim, de uma construção social, qualificando-se como produto de comunicação (aí incluída a midial) e de influências exercidas em regime de mão dupla.

No tocante à opinião pública, a importância do jornalismo dirá fundamentalmente respeito à sua aptidão ou capacidade de elaborar, propor e fazer circular significações que, de um modo ou de outro, venham a ser apropriadas pelos cidadãos e incorporadas a um patrimônio social comum. Tal visão do jornalismo poria em destaque seu aspecto propriamente pragmático: cada leitor faz da informação jornalística um uso mais ou menos individualizado, mais ou menos estabelecido por padrões coletivos.

A visão que, há mais de 60 anos, Robert E. Park teve da notícia revela sua agudeza intelectual, considerando-se que só recentemente o conhecimento cotidiano foi reabilitado como uma das formas de conhecimento acolhidas pela História Social, pela Sociologia e pela Antropologia. Também nesta direção têm avançado os estudos em áreas da Psicologia Social, especialmente no capítulo referente às Representações Sociais; o mesmo se passa

com a Educação e a Pedagogia, em suas interseções com o campo proteiforme da Comunicação.

Identificar no jornalismo uma forma de conhecimento implica considerar-se, tanto suas potencialidades, quanto suas limitações. No mais, sua função cognitiva se relaciona às suas outras funções, tais como social, política, cultural e até educativa. A este respeito, pode-se crer que a biografia de R. E. Park valha por um testemunho. A escolha que ele fez pela profissão de jornalista decorreu do interesse que nutria pelo conhecimento da sociedade de seu tempo, assim como de sua convicção de que a familiaridade com os problemas sociais constitui, pragmaticamente, um pré-requisito para sua solução. Mais tarde, Park viria a constatar que seu conhecimento empírico sobre o modo como as notícias eram criadas poderia ser aprofundado por meio de estudos acadêmicos. Reversivamente, parte significativa de seu interesse e dos resultados de seu trabalho como pesquisador proviria em linha reta de suas experiências como jornalista.

Em Harvard, Park estudou Filosofia, com Josiah Royce e William James; e Psicologia, com Hugo Muensterberg. O primeiro defendia uma tese pela qual, na prática científica, um exame apreciativo deve preceder toda descrição feita e, por via de conseqüência, os ideais humanos devem ser mais profundos do que os mecanismos explicativos da ciência. Para ele, a ética mantém relações insubornáveis com a lealdade devida à grande comunidade formada por todos os indivíduos. Já a Psicologia professada por Muensterberg enfatizava a premissa de que toda visão científica e psicológica da realidade encerraria notáveis potencialidades, no tocante a uma significativa melhora da vida cotidiana.

Assim inspirado, Park estava em busca de um ponto de vista a partir do qual pudesse descrever, na linguagem precisa e universal da ciência, o comportamento da sociedade sob a influência das notícias. Com a conclusão de seu Mestrado, em 1899, Robert Park partiu para a Alemanha com o objetivo de lá aprofundar seus estudos. Na Universidade de Berlim, estudou Sociologia com Georg Simmel, marcante figura intelectual que pertenceu a uma corrente de pensamento conhecida como “Filosofia crítica da História”. Simmel afirmava ser necessário ao historiador perceber a dimensão psicológica das épocas por ele estudadas, assim como revelar, em sua complexidade, universos distintos, tais como os da religião, da filosofia, da arte e da ciência. À sociologia

competiria estudar as “ações recíprocas” que em todos os tempos e lugares os homens entretêm.

Após seis anos devotados a estes estudos, Park decidiu voltar ao “mundo dos homens”. Tendo ouvido, certa vez, William James falar a respeito de um “segredo pessoal”, que torna a vida enfadonha para alguns e prazerosa para outros, Robert Park parece ter concluído que seu próprio “segredo” consistiria no desejo de mover-se pendularmente entre um envolvimento ativo com temas sociais e uma abordagem científica da vida em sociedade. Estava aí feito um acordo faustiano, pelo qual, cansado de ler livros, era chegado o momento de ver o mundo de perto.

Ao debruçar-se sobre o tipo de conhecimento imediato do cotidiano no qual o jornalismo se constitui, o sociólogo americano distinguiu-o de outras formas de saber formuladas e difundidas por diferentes grupos sociais, assinalando as especificidades de suas funções e seus usos. O pioneirismo de Park poderá talvez inserir-se no contexto do pensamento pós-moderno, que desviou a ênfase da aquisição e transmissão do conhecimento para sua *produção*. Esta abordagem amplia, em número e em variedade, os círculos nos quais se alojam os chamados *detentores do conhecimento*. Cresce, assim, o interesse acadêmico pela vida intelectual diária de grupos sociais específicos, entendidos como elementos essenciais na elaboração do conhecimento e na sua propagação por múltiplos canais.

Neste panorama, é possível compreender o campo jornalístico como constituído por uma *comunidade epistemológica*, destinada a construir e fazer circular um certo conhecimento da realidade para consumo público. Note-se, a este respeito, que a função cognitiva do jornalismo compreende também a reprodução de diferentes formas de conhecimento, aí incluídas aquelas concernentes aos domínios da ciência. Tal como Park propôs, a notícia ocupa privilegiada posição entre o conhecimento imediato e o conhecimento mediado, como se fora uma ponte pênsil estendida entre dois modos básicos de representação dos fatos do mundo.

Portanto, papel fundamental estará reservado ao jornalismo no tocante à característica das relações sociais, à qual o sociólogo Anthony Giddens chama de “apropriação reflexiva do conhecimento”⁹. A prática jornalística representa uma das

⁹ Cf. GIDDENS, A. (1991), p. 44.

entradas do conhecimento na sociedade, introduzindo modificações no comportamento de indivíduos e de grupos, ao mesmo tempo em que dissemina tais mudanças, influenciando na elaboração do saber da ciência. Contribui, assim, para que pensamento e ação estejam refletidos um no outro.

Como qualquer outra forma de conhecimento, o jornalismo cinge-se às circunstâncias de sua produção. A linha de pesquisas denominada *newsmaking* tem se preocupado em evidenciar o modo pelo qual a produção jornalística está submetida a fatores relativos, tanto à cultura profissional dos jornalistas, quanto à estrutura organizacional das empresas noticiosas. Entre outros, estão aí em jogo a visão de mundo peculiar aos jornalistas, o trabalho rotineiro nas redações, as condições técnicas e econômicas para o cumprimento de tarefas e os conflitos de interesses envolvidos.

Por outro lado, permanece o desafio de fazer transparecer para o público as condições em que se elabora e se dissemina o conhecimento jornalístico. Ainda que este mesmo público seja capaz de perceber que há decisões e escolhas das quais ele não terá consciência, é pouco provável que, por si só, ele consiga distinguir a natureza dos critérios e das injunções aí implicados. Embora oportunas e pertinentes, a figura do *ombudsman*, a instituição dos *observatórios da imprensa*, bem como a ampliação de canais interativos, ainda parecem insuficientes para reverter a impermeabilidade do jornalismo a críticas que lhe endereçam.

Nem missionário, nem revolucionário, o jornalista se situa próximo ao herói mítico Prometeu, encarregado que está de levar o fogo sagrado do conhecimento científico à cidade dos homens. Se o excesso de informação se afigura problema a ser equacionado, resta então ao jornalista se apresentar como *formulador* e *propagador* de um tipo de conhecimento, nem científico, nem mundano. Embora limitado por suas próprias condições de produção, tal conhecimento do cotidiano revela-se potencialmente rico em sua capacidade de partilhar significações e instituir sentidos necessários à vida social.

Tanto quanto os ensinamentos do sociólogo, também o exemplo do jornalista Robert Ezra Park é instrutivo para o profissional de imprensa, mormente no que se refere à sua permanente inquietude quanto a horizontes a serem descortinados. Quer se trate de saber científico, quer se trate de experiência prática, Park demonstrou a necessidade de um estreito contato do jornalista com indivíduos e grupos sociais definidos, de modo que deles

provisse um conhecimento de valor jornalístico a eles logo restituído sob a forma de notícia..

Em nosso tempo, são cada vez maiores as possibilidades de que todos venham a se converter, de usuários de um sistema informacional, em *produtores de informação*. Assim sendo, o lugar ocupado pelo jornalismo na *sociedade do conhecimento* dependerá do valor e da valia dos conhecimentos que puder produzir, disseminar e compartilhar, estimulando às interações humanas em sociedade. Até porque o conhecimento jornalístico provirá, em última instância, do meio social ao qual pretende convir e servir.

Referências bibliográficas

- BERGANZA, Rosa. O contributo da Escola de Chicago para o jornalismo contemporâneo: as reflexões de Robert E. Park sobre as notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 27, p. 355-376: Jornalismo 2000. Lisboa: Relógio D'Água, 2000
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Ortiz, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.
- LITTLE JOHN, Stephen. *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MATTELART, Armand e Michele. *História das teorias da comunicação*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2002.
- MEDITSCH, Eduardo. Filosofia de Paulo Freire e práticas cognitivas no jornalismo. In: *Comunicação & Educação*. São Paulo, (27): 15 a 20, maio/ago, 2003.
- MELO, José Marques de. *Impasses do jornalismo na virada do milênio*. www.saladeprensa.org/art390.htm. Acessado em 02/5/04.
- PARK, Robert Ezra. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles S. (org.). *Comunicação de Massa*. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1970.